



Fls: N°	03
Proc: N°	57108

**PROJETO DE LEI N°**

019/2018



**“INSTITUI O PROGRAMA DE  
ATENÇÃO À POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA, DENOMINADO  
RE NASCER EM BARUERI E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**RUBENS FURLAN**, Prefeito do Município de Barueri,  
usando das atribuições legais, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal  
aprovou e ele sanciona a promulga a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**

**DOS OBJETIVOS**

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do município de Barueri,  
o Programa de Atenção à População em Situação de Rua, denominado  
“Re Nascer em Barueri”, com os seguintes objetivos:

**I - Geral:**

- promover a reinserção social das pessoas em situação de  
rua, por meio de ações que promovam o desenvolvimento de  
formação/capacitação profissional e oficinas terapêuticas que ampliem as  
possibilidades para inclusão no mercado de trabalho, em equipamentos  
públicos e/ou privados.

**II – Específicos:**

- promover o protagonismo, a participação cidadã, o acesso  
ao mundo do trabalho;
- promover o respeito e a garantia à dignidade humana;
- promover a cidadania e convivência comunitária;
- promover o acesso aos equipamentos e políticas públicas;
- promover a melhoria na qualidade de vida, saúde e  
capacidade física;
- possibilitar renda aos participantes mediante concessão de  
bolsa-auxílio, visando o desenvolvimento da autonomia;



Parágrafo único. O programa instituído no caput deste artigo será desenvolvido de forma a permitir a inclusão de pessoas com deficiência que se encontrem em situação de rua.

**Art. 2º** O Programa de Atenção à População em Situação de Rua – Re Nacer em Barueri será coordenado pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, sendo desenvolvido de forma articulada entre as Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Serviços Municipais e o Fundo Social de Solidariedade.

**Art. 3º** A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social manterá equipe técnica para acompanhamento do programa, referenciando e contra-referenciando os usuários do programa ao CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social e demais equipamentos que executem serviços à população em situação de rua.

**Art. 4º** A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social realizará integração com as demais Secretarias parceiras, visando a aferição de locais de trabalho aptos a receber os usuários para exercerem atividades, mediante o pagamento de bolsa auxílio.

§1º A inserção no programa se dará por seleção realizada por técnico que atue no serviço destinado à população em situação de rua, mediante relatório que justifique e descreva a necessidade de sua inclusão.

§2º A inserção na atividade laborativa levará em consideração as habilidades e/ou aptidões do usuário, bem como o comprometimento do mesmo pela mudança de vida, apontado em relatório técnico.

§3º Após, a inclusão no programa, o usuário deverá participar de capacitações continuadas a serem ofertadas pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e/ou a Secretaria parceira.

§4º A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social ofertará, se necessário, transporte, alimentação e uniforme aos usuários do programa.



§5º O Fundo Social de Solidariedade atuará na mobilização de parcerias para a plena realização dos objetivos deste programa.

## **CAPÍTULO II**

### **DA BOLSA AUXÍLIO**

**Art. 5º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder bolsa auxílio às pessoas em situação de rua que participem do programa instituído por esta Lei.

**Art. 6º** A bolsa auxílio poderá ser concedida pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, não podendo exceder 24 (vinte e quatro) meses.

**Art. 7º** O valor da bolsa auxílio corresponderá ao equivalente a  $\frac{1}{2}$  (meio) salário mínimo vigente, para a realização de atividades que não excederão 4 (quatro) horas diárias.

**Art. 8º** A concessão da bolsa auxílio não caracteriza qualquer espécie de vínculo empregatício com a Administração direta ou indireta do município de Barueri.

## **CAPÍTULO III**

### **DOS REQUISITOS, SELEÇÃO E INCLUSÃO NO PROGRAMA**

**Art. 9º** São requisitos mínimos para a inclusão no Programa de Atenção à população em situação de rua – Re Nacer:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos;

II – estar incluído em um dos serviços socioassistenciais para a população em situação de rua do município e, ser encaminhado pelo técnico responsável pelo serviço;

III – não apresentar quadro clínico de condição física e/ou mental que não permita a execução das atividades laborais propostas;



IV – comprometer-se com os objetivos do programa, inclusive com a participação mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em atividade de formação, nelas compreendidas a realização de oficinas.

**Art. 10** São causas de desligamento do Programa Re Nascido:

I – a mudança de município no curso do programa;

II – a prática de atos não condizentes com os objetivos do programa;

III – ausência às atividades propostas pelo programa, incluindo atividades de formação profissional, nelas incluídas oficinas práticas de formação profissional;

Parágrafo único. O desligamento previsto neste artigo será realizado por decisão da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

**Art. 11** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a realizar convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e/ou Municipal, termos de colaboração ou outros instrumentos congêneres com organizações da sociedade civil, nos termos da Lei.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 12** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas, suplementadas, se necessária.

**Art. 13** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Barueri,**

**RUBENS FURLAN**  
**Prefeito Municipal**

Extrair cópias e enviar-las aos  
Vereadores  
Em 31/4/2018  
Presidente

As Comissões Permanentes para  
PARECER  
Em 31/4/2018

Aprovado em única discussão e  
votação. Ao Sr. Prefeito para  
sancionar, promulgar e publicar  
Em 10/04/2018  
Presidente

Aprovado em única discussão e  
votação. Ao Sr. Prefeito para  
sancionar, promulgar e publicar  
Em 24/04/2018  
Presidente